

# As utopias e a força persuasiva da sociedade do trabalho: uma realidade em crise

Elio Panachuk

Professor de Ciência Política e Metodologia Científica no CESUP e de Introdução à Metodologia Científica da UFMS. Mestrando do Programa de Mestrado em Educação da UCDB.

Este estudo visa a analisar de forma crítica, no plano da teoria política, algumas características da sociedade do trabalho, tendo em vista a noção de modernidade de Habermas, segundo a qual a história e a utopia apresentam-se como parâmetros fundamentais, na elaboração do projeto de uma sociedade que concebe o trabalho com mentor para as suas realizações pertinentes à dignidade humana.

Sendo uma realidade concreta, a sociedade do trabalho tem um projeto, uma dinâmica, uma especificidade que lhe é própria, daí a relevância em penetrar no seu interior para conhecê-la tanto no que diz respeito às suas virtudes quanto aos seus defeitos, mas não como mero exercício de raciocínio e sim fazer desta oportunidade discernível uma base de sustentação em busca de novas articulações teóricas para sistematizar novos projetos sociais, novas ordens político-econômico-culturais.

Acreditar na força da construção de uma nova consciência, via participação

política, significa tornar relevante a elaboração de uma sociedade menos coisificada e mais humanizada, onde o Estado, enquanto agente político, represente a síntese das vontades coletivas pautado na transparência do erário público, portanto desvencilhado da trama clientelística político-econômico, construída nos labirintos do poder, cujo acesso assegura privilégios, corrupções, desvio de rota na administração pública, o que, ao final, resulta em perda de legitimidade frente à sociedade pelos detentores do poder.

## 1. As contradições na sociedade do trabalho

Na história da cultura ocidental existe um marco que é incisivo para compreender a noção de modernidade, o qual se localiza no início do século XVIII. É o sentido de transitoriedade que passa a ter papel decisivo na configuração do espírito de modernidade, a qual não se orienta a par-

tir de modelos de épocas passadas, limitando-se, portanto, a buscar em si mesma os critérios normativos. A desvalorização do passado e a necessidade de extrair princípios das próprias experiências explicam a estrutura alterada do espírito da época.

O espírito da época representa o que há de mais valioso, quanto ao sentido axiológico, no pensamento e debate político, os quais por sua vez, manifestam impulsos de dois outros movimentos, o histórico e o utópico. Estes, embora resistentes entre si, tendem ao processo interativo que leva à coalizão de ambos. A dimensão utópico-histórica se manifesta no pensamento político com tamanha efervescência que induz o surgimento de novos atores de dinamização da sociedade. Em realidade, esses atores são a burguesia, já razoavelmente definida com segmento social, e o proletariado ainda disforme, ou embrionário como força política, mas se encaminhando para configurar uma unidade social.

Em relação aos povos modernos, desde a Revolução Francesa, onde o pensamento político encontra-se envolvido com elementos utópicos, tem experimentado e vivenciado de forma gradativa o exercício da ação política enquanto instrumento de manifestação coletiva e solidária, para firmar convicções de liberdade do homem enquanto sujeito da história.

## 1.1 O alcance das utopias

As utopias se manifestam e investem no alcance imaginativo humano, fazendo emergir desta dimensão uma possível alternativa de bem-estar a ser perseguida de forma sistematizada pela razão. Como defi-

niu Fourier, a utopia é “sonho do bem (...) sem método”. Cabendo a quem for mais sensível à sua existência promover o processo de fusão com a história, no sentido de dar forma a um projeto alternativo de vida, com base em suas potencialidades reais.

O que se percebe hoje é o desencanto utópico, cuja perspectiva de futuro é negativa em razão de uma espiral armamentista, que apresenta decréscimo na qualidade de vida de vastos setores da sociedade, em que a relação homem natureza está prejudicada em nome de uma elevada tecnologia. Assim, a sensação manifesta, no geral, é a de catástrofe. Confirmam essa tendência opiniões expressas por intelectuais e políticos, acentuando-se assim o sentido de perplexidade.

O esgotamento das energias utópicas encontra justificativas no rumo que a humanidade tomou com a implementação do conhecimento científico cada vez mais sofisticado e direcionado de forma ambivalente. Em decorrência, o grau de complexidade também se remete a níveis mais rigorosos de controle e a efeitos colaterais perceptíveis. Com isso, as forças produtivas invertem seu papel, optando por um processo de elaboração social destrutiva. Exemplo disto é a corrida armamentista que se situa entre as grandes potências políticas do século vinte, tornando-se um fato de ameaça e tensão universal. Casos como esse certamente apontam para o desfecho do projeto iluminista, que aposta na fecundidade da razão para redimir o homem.

Esse processo em crise, que ora se presencia, emerge de forças nas quais a modernidade, no passado, buscou sua ins-

piração e as quais o citado processo teve como referência para construir sua consciência, sua utopia, seu projeto de autonomia, de sociedade. Mas hoje começa fraquejar ao acenar com o descaminho, com o descontrolo onde a autonomia se transforma em dependência, emancipação em opressão, racionalidade em irracionalidade. Foucault, radicalizando a questão da razão instrumental de Adorno, a tese do eterno retorno de forma cíclica, via inovações discursivas, acredita estarem se esgotando as últimas centelhas da cultura ocidental.

Esta inquietação sobre o esgotamento das energias utópicas não se limita a uma visão pessimista da cultura, vai além. Possivelmente, é chegado o momento de uma reformulação estrutural da história e da utopia, assim como no final século XVIII, quando as utopias receberam um caráter secular e a história se encaminhou de forma incisiva numa determinada direção. Talvez hoje aquele espírito cheio de luz fundamentado na razão esteja à beira do colapso assinalando seu próprio envelhecimento. Com isso, desencadeia uma dimensão de estímulos sob a orientação transcendental, metafísica, religiosa, etc.

Habermas não acredita na pós-modernidade, porque percebe a presença de elementos da forma atuante dos elementos que a caracterizam, de forma que energias utópicas em geral continuam atuando sobre a consciência da história, assegurando assim o espírito da época. Mas é verdade que está agonizando uma determinada utopia que se formou em torno do potencial da sociedade do trabalho.

Os pensadores clássicos da teoria social, desde Marx até Weber, entendiam que a estrutura da sociedade burguesa foi organizada tendo em vista o trabalho abstrato, o trabalho remunerado e a organização empresarial capitalista, regidos pelo mercado. Como esta forma de produção disseminou seu domínio, a utopia de cunho socialista se empenhou em defender a emancipação do trabalho na esfera da produção.

A bem da verdade, a utopia da sociedade do trabalho esvaece-se, porque as forças produtivas sob orientação burguesa passaram a demonstrar a que vieram e a abolição da propriedade privada não encaminha necessariamente para um governo autônomo dos trabalhadores. Assim, a modalidade utópica em questão perdeu seu referencial.

O núcleo da utopia visa a libertar o trabalho heterônomo (alienado e coisificado na visão de Habermas), conferindo-lhe uma dimensão de dignidade e humanização, de tal forma que os riscos básicos do trabalho assalariado passam a ser compensados. Esta proposta se torna viável e se concretiza a partir de uma política comprometida com o pleno emprego, por exemplo. Esse objetivo tende a ser buscado através das negociações coletivas, sob orientação e comando das entidades classistas, e via poder legislativa do Estado social, pela elaboração de projetos no plano constitucional que expressam os anseios representativos da coletividade.

## 1.2 O Estado conciliador

A legitimidade da prática política do Estado social é oriunda das eleições gerais tem como base social os sindicatos autônomos e os partidos políticos, identificados com a vida do trabalhador. Mas o êxito deste projeto implica que o Estado esteja comprometido e tenha capacidade para agir de forma intervencionista, visando com isto a proteger o crescimento econômico, a competição internacional e a oferta de trabalho porque através do crescimento se atinge o bem-comum sem causar desânimo à iniciativa privada.

O posicionamento do Estado social tende à serenidade dos conflitos de classe. Isso se forma a partir da legitimação do poder estatal, cujo papel a desempenhar visa ao zelo e à moderação da realidade capitalista. Este projeto tem na utopia da sociedade do trabalho a fonte inspiradora, daí ser relevante o status do trabalhador, como por exemplo, participando politicamente, vivendo em liberdade, usufruindo da justiça social e se encaminhando para uma crescente prosperidade. O que nos leva a crer ser possível coexistirem democracia e capitalismo de forma pacífica, sendo assegurada a intervenção do Estado.

Os limites da capacidade de intervenção do Estado se esbarram resistência dos investidores privados. Embora existam outras causas que inibem os índices de lucros, como os novos investidores, as taxas de crescimento e a livre concorrência, há um elemento de ordem subjetiva, na concepção dos empresários, que acaba por retrair suas ações frente à intervenção estatal. Tal

elemento é cultura liberal que tem verdadeira ojeriza da presença do Estado no processo da produção econômica, mesmo porque a iniciativa privada tem livre trânsito nessa área, mas se posiciona como uma espécie de guardião do equilíbrio social, convocando a participação empresarial para efeito da manutenção de empregos e de outras obras assistenciais.

Tal situação pode levar o Estado social a descolar-se de suas bases sociais. Os estratos de eleitores mobilizados desempenham importante influência junto à população e, nos momentos de crise, podem voltar-se contra o Estado, desencadeando uma mentalidade com o propósito de conservar a conquista já assegurada; assim, aproximam-se da velha classe média formando um bloco defensivo contra os menos favorecidos da sociedade. Esta reorganização, de base eleitoral, se deve ao fato de o avanço tecnológico, na esfera da produção e circulação dos bens materiais e serviços, estar causando perplexidade junto às tradicionais estratégias de pressões sindicais que, a rigor, precisam ser revistas, sob pena de sofrerem um processo de esvaziamento político junto à categoria profissional que representam.

O Estado social, ao longo de décadas, apresentou projetos políticos que, de fato se traduziram em bem estar social de amplos setores da sociedade. Para isso, coube ao Estado disciplinar o crescimento econômico através do sistema de parceria entre governo, empresários e trabalhadores, o que exigiu por parte de cada parceiro responsabilidade e determinação. Apesar desta virtude, o Estado social não eliminou a contradição

entre meios e fins. Se por um lado, acenava com igualdade de oportunidades e liberdades individuais para todos, por outro, exigia o permanente consenso entre os três grupos sociais acima citados, o que se tornava periodicamente possível pelas pressões circunstanciais, mas gerou dificuldade de acomodação e desestímulo à livre iniciativa, no contexto da lógica capitalista visto que, a conquista do lucro é uma variável privilegiada na contabilidade empresarial.

### 1.3 Estratégia defensiva

Nos países desenvolvidos, especificamente Europa, o Estado social apesar de demonstrar virtudes no que se refere ao sistema político, o dilema se coloca a partir do desenvolvimento estruturado. É neste estágio que as potencialidades do Estado social começam a fraquejar, que a utopia da sociedade do trabalho se mostra esgotada.

Em países como Alemanha, França, Inglaterra e E.U.A., está ganhando corpo a tendência política conservadora, que se posiciona defensiva, ao retirar de projetos sócio-estatais questões que visam a subjugar o trabalho a subjugar o trabalho heterônomo, alienado, o qual não é um meio de realização mas de embrutecimento do homem enquanto um ser dotado de sensibilidade e razão. Estas tendências políticas neoliberais objetivam o equilíbrio social, mas via modernização da economia de mercado.

Nesta ótica a política econômica se orienta para aperfeiçoar os elementos que valorizam o capital de tal modo que o processo de acumulação seja dinâmico. Ar-

mam-se estratégias que permitam assegurar por algum tempo elevada taxa de desemprego, até porque os penalizados são setores menos representativos politicamente, embora expressivos numericamente. Quanto à política de distribuição de renda, o governo tende a ser omissivo; quando atua é vacilante, indeciso, tímido; e ao aplicar algum critério aparentemente justo, do ponto de vista da dignidade humana, é meramente paliativo.

Em relação aos serviços sociais do Estado, há um processo incisivo de sucateamento, dando a entender não se tratar de uma prioridade por parte da administração pública. Por outro lado, o governo tem apreciado projetos neocorporativistas com efetiva participação empresarial, o que permite distanciar-se gradativamente do Parlamento, local onde as questões mais sensíveis do âmbito social fazem parte da pauta de apreciação, discussão e análise política para propor as possíveis soluções, de forma coletiva e pública, mesmo porque o Parlamento simboliza a arena política onde a síntese dos interesses da sociedade organizada se faz presente.

Sobre a política cultural, suas atribuições incluem táticas que visam a desmotivar, desacreditar, dismantlar os intelectuais do seu real papel social, porque estes representam uma constante ameaça no interior da sociedade do trabalho, visto que a desigualdade e a desinformação encontram aí terreno fértil. Além disso, a cultura tradicional é fomentada para estimular os princípios da moral, do patriotismo, da religião, do folclore, das manifestações populares, porque essas forças ama-

ciam, ou seja, procuram tornar menos dura a pressão da sociedade competitiva.

#### 1.4 A pressão dos interesses

Os novos rumos poderão ser projetados, haja vista que as modernas sociedades, para satisfazer suas necessidades, no exercício do governo, dispõem de três recursos básicos, segundo Habermas (1987, p. 112): “...o dinheiro, o poder e a solidariedade”. A última é elemento de fundamental importância porque, além de estar presente nos processos de socialização, apresenta condições apropriadas à germinação e formação da vontade política à qual visa orientar, esclarecer e manifestar um perfil de conduta frente às duas realidades: sociedade enquanto agente produtivo e Estado como esfera política, cuja existência mútua implica a constante reciprocidade.

Com base nesta lógica de raciocínio, o poder político resulta da formação pública da vontade e se manifesta através da legislação e administração na órbita do poder estatal. Ao fazer seu caminho de volta ao público, depara-se com dois tipos de comportamento: um que se apresenta pela porta da frente do Estado, na condição de cidadão, e o outro que vem pela porta dos fundos enquanto cliente. É assim que vem sendo praticado o curso circular do poder político.

Pelo viés do sistema político, via teoria dos sistemas, cidadãos e clientes emergem na condição de sócios do sistema político. Esse perfil de conduta modifica o processo de legitimação, em que grupos e partidos lançam mão de sua capacidade orga-

nizativa para fazer valer seus interesses. A administração, por sua vez, além de estruturar a legislação, desenvolve mecanismos de controle porque precisa firmar compromissos com clientes poderosos, tais como partidos, corporações e manter-se atenta para assegurar, de forma simultânea, o apoio das massas e dos investidores privados.

#### Conclusão

A cultura ocidental traz em seu processo histórico marcas que sinalizam estágios de transformações e um desses momentos está no curso do século XVIII, período este reconhecido com das “luzes”. Seguramente foi ali que o gênero humano conseguiu lançar seu brado e persuadir de forma tão intensa a si mesmo que a história, de até então, passou a ser uma página virada. As amarras, o jugo, a prepotência, o parasitismo, a arrogância, enfim uma ordem histórico-política de denominação teve como prova de seu desfecho derradeiro a lâmina da guilhotina.

Novos parâmetros entram em cena para nortear a conduta do homem, sendo a razão a referência por excelência. A construção de uma nova política social, econômica e cultural, enquanto concretização histórica, passa indiscutivelmente pelo exercício acentuado da racionalidade, da objetividade e da utopia, sendo essa ação possível, a partir da imaginação humana, no sentido de rasgar horizontes para ampliar a visão do mundo. Como diziam os iluministas, para “conhecer é preciso ousar”.

Se este projeto de sociedade é inovador, revolucionário, também é verdade

que passa por momentos de crise. A ciência enquanto filha legítima da razão tem sido manipulada por práticas abusivas, descaminhos e gerado apreensão, temor e desencanto. Todo impulso imaginativo, criador, que elaborou uma nova utopia, uma história e construiu uma nova ordem política, parece cansado, esgotado. Mas não se pode generalizar a questão utópica. O que na verdade demonstra estar em crise é uma certa dimensão da utopia, fundamentalmente aquela que alimentou a esperança da sociedade do trabalho.

Passado o momento de entusiasmo e euforia, o sistema burguês de produção começou a colocar de fora as garras e o lema de liberdade, igualdade e fraternidade, que enchia os olhos, os corações e as mentes, passou a apresentar dificuldades em sua implementação concreta de forma generalizada.

A sociedade do trabalho, ainda demonstrando capacidade persuasiva, formulou um novo projeto de organização social, em que a social-democracia acena com a alternativa mais eficaz. Sua tentativa de

superar o trabalho heterônomo visa à dignidade humana de forma relevante no processo de produção e na vida em geral.

O gerenciamento do estado social na condição de regulador eficaz no plano político-econômico-social-cultural, e não de mero agente de controle social, induz a crença de que todos os segmentos da sociedade sejam contemplados de forma democrática, cidadã, mas isto implica mudança de mentalidade segundo a qual a ética do comportamento passa por todos os grupos representativos da esfera social. Uma questão fundamental a ser superada está ligada à dupla conduta do homem em relação ao Estado, que tem se apresentado na porta dos fundos deste, enquanto cliente, e na porta da frente como cidadão. Prática perversa que precisa ser eliminada sob pena de um mar de lama, cuja arma de superação possível está no valor da solidariedade exercida, numa ação política que aponte no sentido da harmônica coexistência entre o cidadão e o Estado eliminando, assim, os focos de privilégios das minorias, em detrimento de uma maioria espoliada.

## **Bibliografia**

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- HABERMAS, Jurgen. A nova intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, set. 1987.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

